

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

NOTA PRÉVIA À 6ª EDIÇÃO	7
PLANO	9
ORIENTAÇÕES DE LEITURA	11
PRÓLOGO	
1. As opções metodológicas	21
2. A sistematização da obra	24
I – TEORIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL (PARTE GERAL)	
CAPÍTULO I – DIREITO CONSTITUCIONAL	
§ 1º O DIREITO CONSTITUCIONAL NA ENCICLOPÉDIA JURÍDICA	
3. O conceito de Direito Constitucional	31
4. As divisões do Direito Constitucional	34
5. As características do Direito Constitucional	39
6. As relações do Direito Constitucional com os ramos do Direito	45
§ 2º O DIREITO CONSTITUCIONAL NA CIÊNCIA DO DIREITO	
7. A Ciência do Direito Constitucional	51
8. Os desafios ao pensamento científico no Direito Constitucional; o “Constitucionalismo Total”	55
9. As Ciências Afins e Auxiliares da Ciência do Direito Constitucional	57
10. Os elementos de estudo	62
§ 3º OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	
11. O sentido dos princípios constitucionais em geral	89
12. A relevância específica dos preâmbulos constitucionais	94

§ 4º AS NORMAS CONSTITUCIONAIS	
13. O sentido das normas constitucionais em geral	98
14. Modalidades de normas constitucionais em especial	102
§ 5º DIREITO CONSTITUCIONAL E ORDEM JURÍDICA	
15. O Direito Constitucional e as outras parcelas da Ordem Jurídica	106
16. As relações inter-sistemáticas do Direito Constitucional com outros setores normativos	107
CAPÍTULO II – ESTADO	
§ 6º O PODER POLÍTICO E O ESTADO	
17. Conceito e origem do poder político	115
18. O poder político e os outros poderes	122
19. O poder político e as diversas entidades jurídico-políticas	127
§ 7º O ESTADO COMO PRINCIPAL ENTIDADE JURÍDICO-POLÍTICA	
20. O Estado em geral: conceito, características, fins, aceções e nomenclatura	138
21. O elemento humano – o povo	143
22. O elemento funcional – a soberania	146
23. O elemento espacial – o território	153
24. As vicissitudes do Estado	161
§ 8º AS ESTRUTURAS DO ESTADO	
25. A diversidade da organização estadual	165
26. Tipo constitucional de Estado: Estado de Direito ou Estado de Legalidade	166
27. Forma institucional de governo: monarquia ou república	169
28. Regime político: ditadura ou democracia	177
29. Forma de Estado: simples ou composto	183
30. Sistema de governo: parlamentar, presidencial ou semipresidencial	188
§ 9º A EVOLUÇÃO DO ESTADO NA HISTÓRIA UNIVERSAL	
31. A periodificação da evolução histórica do Estado	191
32. O Estado Oriental	193
33. O Estado Grego	194
34. O Estado Romano	197
35. O Estado Medieval	202
36. O Estado Moderno	206
37. O Estado Contemporâneo	211

§ 10º A CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO PORTUGUÊS	
38. A formação e a evolução de Portugal	213
39. O elemento humano: os cidadãos portugueses	216
40. O elemento funcional: a soberania portuguesa	220
41. O elemento espacial: o território português	222
CAPÍTULO III – CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO	
§ 11º CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO E ESTADO DE DIREITO	
42. Constitucionalismo e Estado de Direito	229
43. Traços fundamentais do Constitucionalismo	230
§ 12º EVOLUÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO	
44. O Constitucionalismo Liberal do século XIX	235
45. O Constitucionalismo Social do século XX	237
46. O Constitucionalismo da Pós-Modernidade/Pós-Contemporaneidade do século XXI?	241
§ 13º OS (NÃO) CONSTITUCIONALISMOS SOCIALISTA E FASCISTA DO SÉCULO XX	
47. O Constitucionalismo Socialista	245
48. O Constitucionalismo Fascista	258
CAPÍTULO IV – CONSTITUCIONALISMO COMPARADO	
§ 14º ASPETOS METODOLÓGICOS GERAIS	
49. A comparação em Direito Constitucional	265
50. Os Direitos Constitucionais Estrangeiros a comparar	268
§ 15º O CONSTITUCIONALISMO DO REINO UNIDO	
51. A formação histórica e a evolução na continuidade	272
52. Um ordenamento constitucional misto e flexível	276
53. Os direitos fundamentais e o papel dos tribunais na limitação do poder público	279
54. O parlamentarismo de gabinete numa monarquia simbólica	285
§ 16º O CONSTITUCIONALISMO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	
55. Uma formação rápida e um aperfeiçoamento linear	292
56. A durabilidade, a elasticidade e a rigidez da Constituição de 1787	296
57. A novidade da estrutura federal	299
58. A força defensiva dos direitos fundamentais	301

59. O presidencialismo perfeito e a separação colaborante dos poderes	305
60. A fiscalização da constitucionalidade e a importância dos tribunais	312
§ 17º O CONSTITUCIONALISMO DA FRANÇA	
61. Turbulência e estabilidade na evolução constitucional	314
62. A sucessão dos diversos textos constitucionais	317
63. A atual Constituição Francesa de 1958	333
64. A deficiente posituação dos direitos fundamentais e o papel do Conselho Constitucional	335
65. O semipresidencialismo “gaullista” e a preponderância do Chefe de Estado	337
66. A fiscalização para-jurisdicional da constitucionalidade	341
§ 18º OUTROS CONSTITUCIONALISMOS	
67. O Constitucionalismo da Suíça	343
68. O Constitucionalismo da Itália	345
69. O Constitucionalismo da Alemanha	348
70. O Constitucionalismo da Espanha	354
CAPÍTULO V – CONSTITUCIONALISMO PORTUGUÊS	
§ 19º ASPETOS DE ORDEM GERAL	
71. A periodificação da evolução do Direito Constitucional Português	363
72. As constâncias e as ruturas do Constitucionalismo Português	368
§ 20º O CONSTITUCIONALISMO VINTISTA E A CONSTITUIÇÃO DE 1822	
73. A Revolução Liberal de 1820 e a “Súplica pela Constituição” de 1808	373
74. As “Bases da Constituição” de 1821	375
75. A formação parlamentar do texto constitucional definitivo e as suas duas vigências	377
76. A concessão progressista dos direitos fundamentais	379
77. O “presidencialismo” monárquico inoperante	382
78. A união real entre Portugal e o Brasil	385
§ 21º O CONSTITUCIONALISMO CARTISTA E A CARTA CONSTITUCIONAL DE 1826	
79. Da ordem pré-constitucional à Restauração Constitucional	387
80. A outorga régia do texto constitucional e as suas três vigências	388
81. A desvalorização sistemática e o avanço regulativo dos direitos fundamentais	390

82. A novidade do poder moderador e a paulatina parlamentarização do sistema político	392
83. Os sucessivos Atos Adicionais	396
§ 22º O CONSTITUCIONALISMO SETEMBRISTA E A CONSTITUIÇÃO DE 1838	
84. A Revolução de 9 de Setembro de 1836	400
85. A formação pactícia e a vigência única do texto constitucional	401
86. O reforço da conceção liberal dos direitos fundamentais	403
87. A pretendida monarquia parlamentar “orleanista”	404
§ 23º O CONSTITUCIONALISMO REPUBLICANO E A CONSTITUIÇÃO DE 1911; O INTERREGNO DE SIDÓNIO PAIS	
88. A Revolução de 5 de Outubro de 1910 e o programa republicano	407
89. A formação parlamentar e as duas vigências do texto constitucional	409
90. A conceção liberal e republicana de direitos fundamentais	410
91. O parlamentarismo pulverizado de assembleia	416
92. O pioneirismo da fiscalização jurisdicional da constitucionalidade	420
93. As revisões constitucionais e o interregno de Sidónio Pais	421
§ 24º O CONSTITUCIONALISMO FASCIZANTE E A CONSTITUIÇÃO DE 1933	
94. O Golpe Militar de 28 de Maio de 1926 e o “Estado Novo”	424
95. A tardia e plebiscitária formação do texto constitucional	425
96. A conceção nominal dos direitos fundamentais	427
97. A ordem social e económica corporativa	430
98. O autoritarismo governativo de chanceler	432
99. As muitas revisões constitucionais	437
§ 25º O CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E SOCIAL DA III REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DE 1976	
100. A Revolução de 25 de Abril de 1974 e o Programa do Movimento das Forças Armadas	440
101. O período constitucional provisório	443
102. A Assembleia Constituinte e os Pactos MFA-Partidos	446
103. A Constituição de 2 de Abril de 1976 e as influências recebidas	449
CAPÍTULO VI – CONSTITUCIONALISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA	
§ 26º O DIREITO CONSTITUCIONAL GLOBAL DE LÍNGUA PORTUGUESA	
104. O Direito Constitucional Comparado de Língua Portuguesa	453

105. A grelha comparatística do Direito Constitucional de Língua Portuguesa	454
106. Os Nove Direitos Constitucionais de Língua Portuguesa	455
107. Existe um modelo de Direito Constitucional Global de Língua Portuguesa?	456
§ 27º A FORMAÇÃO SUCESSIVA DO CONSTITUCIONALISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA	
108. A primeira vaga: a Constituição Portuguesa de 1976	459
109. A segunda vaga: a Constituição Brasileira de 1988	460
110. A terceira vaga: as Constituições dos Estados Africanos Lusófonos na II República	467
111. A quarta vaga: a Constituição de Timor-Leste de 2002	472
§ 28º O CONSTITUCIONALISMO AFRICANO DE LÍNGUA PORTUGUESA	
112. A caracterização político-constitucional geral da II República	475
113. Descrição breve dos Direitos Constitucionais Africanos Lusófonos	478
§ 29º O CONSTITUCIONALISMO DE ANGOLA	
114. Periodificação da evolução histórico-política de Angola	485
115. A época colonial portuguesa (1482-1974)	487
116. A Revolução dos Cravos e o processo da independência de Angola (1974-1975)	491
117. A Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975, as suas revisões e a I República (1975-1991)	496
118. O início da transição democrática e a Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1991 (1991-1992)	501
119. A Lei Constitucional da República de Angola de 1992 e as suas revisões (1992-2010)	505
120. A formação do texto constitucional de 2010 depois de eleições gerais	510
121. A fiscalização preventiva necessária e o Acórdão nº 111/2010 do Tribunal Constitucional	512
122. Estrutura do articulado constitucional e influências recebidas	515
123. A nova Constituição da República de Angola de 2010 e o respeito pelos limites materiais constituintes	517
124. A Constituição da República de Angola de 2010 (2010-....): II ou III República?	520
§ 30º O CONSTITUCIONALISMO DE MOÇAMBIQUE	
125. Periodificação da evolução histórico-política de Moçambique	525

126. A época colonial portuguesa (1498-1974)	526
127. A Revolução dos Cravos e o processo da independência de Moçambique (1974-1975)	531
128. A Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, as suas revisões e a I República (1975-1990)	534
129. O início da transição democrática, a Constituição da República de Moçambique de 1990, as suas revisões pontuais e o Acordo Geral de Paz de 1992 (1990-2004)	537
130. A formação do texto constitucional de 2004 depois de eleições gerais	540
131. Estrutura do articulado constitucional, influências recebidas e a revisão pontual de 2007	541
132. A Constituição da República de Moçambique de 2004 (2004-....): II ou III República?	545
§ 31º O CONSTITUCIONALISMO DE TIMOR-LESTE	
133. Periodificação da evolução histórico-política de Timor-Leste	548
134. A época colonial portuguesa (1512-1974)	549
135. A Revolução dos Cravos e a abertura à autodeterminação timorense (1974-1975)	552
136. A efémera I República Democrática de Timor-Leste (1975)	554
137. O tempo da ocupação indonésia (1975-1999)	559
138. A administração internacional pelas Nações Unidas – UNTAET (1999-2002)	562
139. A restauração da independência e a II República Democrática de Timor-Leste (2002-....)	568
140. A independência constitucional num procedimento constituinte democrático e representativo	570
141. A nova Constituição Timorense de 2002	572
142. Os princípios fundamentais e as fontes de Direito	576
143. Os direitos fundamentais	579
144. A organização política	581
§ 32º O CONSTITUCIONALISMO DE MACAU	
145. A Lei Básica de Macau	584
146. A Região Administrativa Especial de Macau	588
147. A diversidade das fontes jurídico-normativas dos direitos fundamentais	590
148. As opções de conteúdo na construção do catálogo dos direitos fundamentais	598
149. O sistema de governo	602
150. A fiscalização da constitucionalidade	607

CAPÍTULO VII – CONSTITUIÇÃO

§ 33º A CONSTITUIÇÃO COMO *LEX FUNDAMENTALIS*

151. Sentido geral de Constituição	611
152. Modalidades e funções da Constituição	614
153. A Constituição como lei estadual	619
154. A Constituição como ato jurídico-positivo supremo	620
155. A Constituição como núcleo do Ordenamento Jurídico Positivo	621
156. A Constituição como código jurídico	631
157. A mitigada relevância do costume constitucional	634
158. A limitação prática da jurisprudência constitucional	639
159. A exclusão de outras fontes do Direito Constitucional	641

§ 34º A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976 E AS SUAS REVISÕES

160. A Constituição Documental	644
161. O Direito Constitucional Extravagante	647
162. A versão primitiva da Constituição de 1976	652
163. A primeira revisão constitucional de 1982	656
164. A segunda revisão constitucional de 1989	658
165. A terceira revisão constitucional de 1992	660
166. A quarta revisão constitucional de 1997	662
167. A quinta revisão constitucional de 2001	678
168. A sexta revisão constitucional de 2004	685
169. A sétima revisão constitucional de 2005	688
170. A próxima revisão constitucional	690

§ 35º O PODER CONSTITUINTE

171. Poder constituinte e nascimento da Constituição	696
172. As características do poder constituinte	698
173. Manifestações típicas do poder constituinte	701

§ 36º AS VICISSITUDES CONSTITUCIONAIS

174. Os factos normativo-constitucionais supervenientes	703
175. Classificações e tipos de vicissitudes constitucionais	704

§ 37º A INTERPRETAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS

176. A aceitação dos cânones gerais da interpretação jurídica	708
177. Interpretação constitucional e interpretação conforme à Constituição	711
178. As singularidades da interpretação constitucional	713

§ 38º A INTEGRAÇÃO DAS LACUNAS CONSTITUCIONAIS	
179. A admissão das orientações gerais sobre a integração das lacunas jurídicas	717
180. Lacunas constitucionais e omissões legislativas	720
181. As singularidades da integração das lacunas constitucionais	721
§ 39º A APLICAÇÃO DAS FONTES CONSTITUCIONAIS	
182. A aplicação das fontes constitucionais no tempo em geral	727
183. A aplicação das fontes constitucionais e infraconstitucionais no tempo em especial	730
184. A aplicação das fontes constitucionais no espaço	732
CAPÍTULO VIII – FUNDAMENTO DO DIREITO CONSTITUCIONAL	
§ 40º A RELEVÂNCIA SUPRA-POSITIVA DO DIREITO CONSTITUCIONAL	
185. O Direito Constitucional e a busca da Justiça Material	739
186. As concepções pré-constitucionais materiais	741
187. A viragem liberal para o positivismo legalista e normativista	745
188. As reações anti-positivistas e o novo Direito Natural	750
§ 41º AS NORMAS CONSTITUCIONAIS INCONSTITUCIONAIS	
189. O contributo de OTTO BACHOF e a resposta das doutrinas constitucionais	761
190. A aceitação mitigada da teoria das normas constitucionais inconstitucionais	767
ÍNDICE GERAL DO VOLUME I	771

VOLUME II

II – DIREITO CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS (PARTE ESPECIAL)

CAPÍTULO IX – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

§ 42º O PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO	
191. A atual afirmação multidimensional do princípio do Estado de Direito	785
192. Portugal como Estado de Direito	788
193. O princípio da dignidade da pessoa humana	788
194. O princípio da juridicidade e da constitucionalidade	797
195. O princípio da separação de poderes	799
196. O princípio da segurança jurídica e da proteção da confiança	807

197. O princípio da igualdade	820
198. O princípio da proporcionalidade	823
§ 43º O PRINCÍPIO DO ESTADO REPUBLICANO	
199. A autonomização tardia do princípio republicano	827
200. Portugal como Estado Republicano	828
201. A temporariedade dos cargos públicos em especial	829
§ 44º O PRINCÍPIO DO ESTADO LAICO	
202. Direito, Estado e Religião: modelos e sistemas constitucionais de relação	831
203. A laicidade cooperativa da República Portuguesa	835
§ 45º O PRINCÍPIO DO ESTADO DEMOCRÁTICO	
204. A diversidade morfológica do princípio democrático	838
205. Portugal como Estado Democrático	839
206. A democracia representativa e a eleição em geral	842
207. Os traços fundamentais do Direito Eleitoral Português	851
208. A representação proporcional em especial	858
209. A democracia semidireta e o referendo em geral	865
210. As principais opções do Direito Referendário Português	868
211. A democracia participativa e os partidos políticos em geral	877
212. O novo Direito dos Partidos Políticos em Portugal	891
§ 46º O PRINCÍPIO DO ESTADO UNITÁRIO DESCENTRALIZADO	
213. A complexidade crescente da organização vertical do Estado	907
214. Portugal como Estado unitário regional e descentralizado	908
215. O Estado Português e a comunidade internacional	909
216. O princípio da integração europeia	913
217. Portugal e a integração lusófona	918
CAPÍTULO X – DIREITOS FUNDAMENTAIS	
§ 47º A IMPORTÂNCIA CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
218. A proteção constitucional da pessoa pelos direitos fundamentais	925
219. A evolução dos direitos fundamentais	937
220. Os direitos fundamentais e o futuro	942

§ 48º O SISTEMA PORTUGUÊS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	
221. A conceção pluralista dos direitos fundamentais	946
222. A posição constitucional, tipológica e aberta dos direitos fundamentais	952
223. Os direitos fundamentais atípicos em especial	956
224. Os direitos, liberdades e garantias e os direitos económicos, sociais e culturais	960
225. Os direitos fundamentais análogos	968
§ 49º O REGIME GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
226. A atribuição subjetiva: universalidade e igualdade	972
227. O exercício jurídico: regulação e limites	977
228. A tutela efetiva: jurisdicional e não jurisdicional	991
§ 50º O REGIME ESPECIAL DOS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	
229. O sentido do regime especial	995
230. A aplicabilidade infraconstitucional direta e imediata	996
231. A vinculação das entidades públicas e privadas	998
232. A restrição infraconstitucional	1004
233. A suspensão em estado de exceção	1019
234. A tutela reforçada	1028
CAPÍTULO XI – ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA	
§ 51º O PRINCÍPIO DO ESTADO SOCIAL	
235. Os fins do Estado em geral	1035
236. Portugal como Estado Social	1037
237. O princípio da igualdade social	1039
238. Os direitos fundamentais económicos, sociais e culturais	1045
§ 52º A ORDEM ECONÓMICA, FINANCEIRA E FISCAL	
239. Constituição Económica e economia social de mercado	1050
240. Constituição Financeira e Constituição Fiscal	1052
CAPÍTULO XII – ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO	
§ 53º AS PESSOAS E OS ÓRGÃOS JURÍDICO-PÚBLICOS	
241. O poder público e as suas estruturas decisórias	1057
242. Modalidades de órgãos públicos	1060
243. Os órgãos colegiais em especial	1062
244. Modos de designação dos titulares	1065
245. Órgãos de soberania, órgãos do Estado e órgãos constitucionais	1067

§ 54º OS ÓRGÃOS DA REPÚBLICA

246. O Presidente da República	1070
247. A Assembleia da República	1075
248. O Governo	1081
249. Os Tribunais	1088
250. Outros órgãos do Estado	1096
251. A caracterização do sistema de governo: semipresidencialismo “parlamentarizante”	1100

§ 55º AS FUNÇÕES E OS ATOS JURÍDICO-PÚBLICOS

252. O quadro geral das funções e dos atos jurídico-públicos	1107
253. As funções e os atos jurídico-públicos no Direito Constitucional Português	1111
254. A função constitucional e os atos constitucionais	1113
255. A função legislativa e os atos legislativos	1114
256. A função política e os atos políticos	1115
257. A função administrativa e os atos administrativos	1118
258. A função jurisdicional e os atos jurisdicionais	1119

§ 56º O PROBLEMA DAS FONTES DE DIREITO

259. O sentido geral das fontes do Direito	1121
260. A obsoleta resposta tradicional: as fontes de Direito no Código Civil	1124
261. A nova resposta constitucional: a Constituição como <i>norma normarum</i>	1128

§ 57º AS FONTES DE DIREITO JURÍDICO-PÚBLICAS

262. A amplitude da lei como fonte geral de Direito	1133
263. As fontes constitucionais: a Constituição e os atos constitucionais	1134
264. As fontes externas: o Direito Internacional e Europeu	1134
265. As fontes ordinárias: o Direito Legal e afim	1135
266. As fontes administrativas: o Direito Regulamentar	1136

§ 58º OUTRAS FONTES DE DIREITO

267. A relevância independente e direta do costume como fonte geral de Direito	1137
268. O alcance da jurisprudência como fonte geral de Direito	1140

§ 59º AS RELAÇÕES ENTRE ATOS JURÍDICO-PÚBLICOS E FONTES
DE DIREITO

269. As relações entre atos jurídico-públicos e fontes de Direito; as relações antinómicas em especial	1146
---	------

270. Os critérios de resolução das relações antinómicas	1148
271. A hierarquia dos atos jurídico-públicos e das fontes de Direito	1152
272. O valor reforçado dos atos jurídico-públicos	1155
§ 60º A FUNÇÃO LEGISLATIVA E OS ATOS LEGISLATIVOS	
273. A função legislativa	1158
274. A reserva de lei e a competência legislativa	1162
275. Os atos legislativos	1167
276. As leis orgânicas	1169
277. Os atos legislativos de bases e de desenvolvimento	1171
278. As autorizações legislativas e os atos legislativos autorizados	1174
279. A apreciação parlamentar de atos legislativos	1180
§ 61º OS PROCEDIMENTOS LEGISLATIVOS	
280. A ideia de procedimento legislativo	1187
281. O procedimento legislativo parlamentar nacional em geral e a urgência legislativa	1190
282. A fase da iniciativa	1194
283. A fase da instrução	1198
284. A fase da aprovação	1202
285. A fase da promulgação	1204
286. A fase da referenda	1206
287. A fase da eficácia	1207
288. Os procedimentos legislativos parlamentares nacionais especiais	1208
289. O procedimento legislativo governamental	1211
290. O procedimento legislativo regional	1214
§ 62º AS REGIÕES AUTÓNOMAS	
291. Portugal como Estado Regional	1217
292. Os órgãos regionais	1220
293. O poder legislativo regional	1224
§ 63º ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER LOCAL	
294. A Administração Pública Portuguesa	1231
295. As autarquias locais e o Poder Local	1234
CAPÍTULO XIII – GARANTIA E REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO	
§ 64º A GARANTIA DA CONSTITUIÇÃO	
296. A importância da defesa da Constituição	1245

297. A inconstitucionalidade dos atos jurídico-públicos	1251
298. Os desvalores dos atos inconstitucionais	1254
299. A responsabilidade por atos inconstitucionais	1260
§ 65º A FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE	
300. A lógica da fiscalização da constitucionalidade dos atos jurídico-públicos	1267
301. Os principais modelos de fiscalização da constitucionalidade	1269
302. A fiscalização da constitucionalidade no Direito Constitucional Português	1272
303. Os principais elementos do Direito Constitucional Processual Português	1281
304. A fiscalização preventiva da constitucionalidade	1286
305. A fiscalização concreta da constitucionalidade	1299
306. A fiscalização abstrata da constitucionalidade	1306
307. A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão	1314
§ 66º A REVISÃO CONSTITUCIONAL	
308. A revisão constitucional em geral	1324
309. Os limites materiais da revisão constitucional	1327
310. A hiperrigidez da Constituição Portuguesa	1332
ÍNDICES	1339
ÍNDICE CRONOLÓGICO	1341
ÍNDICE JURISPRUDENCIAL	1343
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	1345
ÍNDICE GERAL	1425